



PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Maria Valquíria de Vasconcelos Cordeiro; Iuziane Azevedo de Oliveira; Inácia Érica de Farias Corlett Sobral; Carlos Kleber Corlett Sobral.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ/PB

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo conhecer e analisar o acompanhamento da gestão de duas escolas municipais, do município de São Vicente do Seridó, no processo de implantação e desenvolvimento do Programa Mais Educação. Visto que, o Programa visa à ampliação do tempo escolar, nessa pesquisa buscamos compreender as possibilidades e os desafios que envolvem esse processo. O estudo foi norteado pela pesquisa qualitativa, sendo adotados como procedimentos metodológicos, o estudo bibliográfico das seguintes literaturas, Arroyo (2012), Giolo(2012), Leclarc (2012) e Santos e Vieira (2012); a pesquisa documental, de documentos oficiais como Lei e Decretos que regulamentam o Programa Mais Educação; a observação e entrevistas semiestruturadas com as gestoras das respectivas escolas. Mediante esse acompanhamento, foi possível conhecer o funcionamento e alguns dos principais problemas enfrentados pela comunidade escolar, concernentes a implantação, planejamento e desenvolvimento do Programa nas escolas pesquisadas. Também foi possível identificar algumas soluções encontradas pelas gestoras para a resolução dos problemas apontados. Dentre elas, a improvisação do espaço físico, e do tempo de permanência dos alunos na escola. Concluímos que existem sérios problemas na implantação e efetivação do Programa que comprometem o seu funcionamento.

Palavras chave: Gestão escolar, Programa Mais Educação, acompanhamento e implementação, desafios e possibilidades.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Mais Educação configura-se como uma estratégia do Ministério da Educação para a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral para escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino. Este estudo surgiu na Disciplina de Estágio Supervisionado I em gestão escolar. Momento em que fomos às escolas, observar a dinâmica da gestão escolar. Como atividade nos foi proposto um relatório, e aprofundamento em um tema.



Escolhemos aprofundar nossos estudos no Programa Mais Educação, a partir da realidade das escolas observadas, procurando compreender o funcionamento do Programa e a atuação da gestão escolar nessas escolas. Nesse sentido, buscamos conhecer e analisar o acompanhamento da gestão no processo de implantação e desenvolvimento no Programa em duas escolas municipais de Campina Grande-PB.

O estudo foi norteado pela pesquisa qualitativa. Foram adotados com procedimentos metodológicos, o estudo bibliográfico das seguintes literaturas, Arroyo (2012), Giolo(2012), Leclarc (2012) e Santos e Vieira (2012); a pesquisa documental, de documentos oficiais, Lei e Decretos que regulamentam o Programa Mais Educação; a observação e entrevistas semiestruturadas com as gestoras das respectivas escolas.

Para garantir o anonimato das instituições pesquisadas, optou-se por usar pseudos nomes das instituições escolares como escola 1 e escola 2 e as gestoras de gestora 1 e gestora 2.

2. O Programa Mais Educação

De acordo com o manual operacional de educação integral (2014), o Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, integra ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia do Governo Federal na ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação Integral.

Essa estratégia conforme o manual operacional de educação integral promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, a família e demais autores sociais, com a coordenação da escola e dos professores. A Educação em tempo



Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem atrelada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

Moll (2012, p. 98) afirma que,

[...] o contexto escolar, especialmente o destinado às classes populares, tem de ser organizado e forte o suficiente para provocar no aluno uma verdadeira ruptura entre os esquemas mentais ditados por uma cultura prática, oral e visual, em favor de uma cultura escrita e intelectualizada.

Além do exposto, o manual operacional de educação integral busca promover, por meio da sensibilização, incentivos e apoio, projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações socioeducativas considerando as seguintes orientações: contemplação e ampliação do tempo e do espaço educativo e suas redes e escolas, pautadas pela noção de formação integral e emancipadora, promoção de articulação em âmbito local, entre as políticas públicas que compõe o Programa, integração das atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes, entre outras.

Conforme informações obtidas no portal do MEC o Programa Mais Educação, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino e aumento a jornada escolar nas escolas públicas, de 04 para 7 horas diárias.

As atividades desenvolvidas são optativas nos seguintes macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. A cada ano são escolhidas seis atividades, sendo que uma deve obrigatoriamente compor o macrocampo de acompanhamento pedagógico.

O Decreto 7.083, de 27 de janeiro de 2010 estabelece no art. 3 como finalidade



do Programa, a formulação de política nacional de educação básica em tempo integral, promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais e favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades além de disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral e convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

O art. 5 do Decreto acima citado, estabelece que o Ministério da Educação definirá a cada ano os critérios de priorização de atendimento do Programa Mais Educação, utilizando, entre outros, dados referentes à realidade da escola ao índice de desenvolvimento da educação básica, de que trata o Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007, e às situações de vulnerabilidade social dos estudantes. (BRASIL, 2007).

3 Implantação do Programa Mais Educação nas escolas Pesquisadas

Para que o Programa seja implantado é preciso que a gestão da escola faça a adesão no portal do MEC. Para realizar o processo de adesão é necessário que se informe o censo escolar e o mapa da escola. As informações repassadas são analisadas por uma comissão do MEC, para ser contemplada escola precisa atender aos critérios estabelecidos pelo Programa.

De acordo com as gestoras, as instituições atendem aos critérios exigido, que são os seguintes: atendam alunos fora da faixa etária, esteja localizada em área de risco e com o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) baixo. Portanto a implantação do Programa está vinculada á compreensão da territorialidade em relação à oferta de políticas públicas, com o reconhecimento de vulnerabilidades sociais, baixo IDEB e



estratégias de intervenção urbana para apoiar a organização dos processos de ensino e aprendizagem (LECLERC, 2012).

O Programa foi implantado na escola municipal 1 no ano de 2009, pela atual gestora, segundo a qual, era uma grande oportunidade da escola receber mais recursos financeiros, pedagógicos e permanentes. Ela afirma que os recursos do Programa são essências para escola, por meio desses, conquistaram muitas coisas para a instituição, tanto no que se refere a materiais pedagógicos como de matérias permanentes. “Não sei o que seria dessa escola se não fosse o Mais Educação” (GESTORA 1). Para a gestora o Programa trouxe autonomia financeira, pois, esses recursos junto com os do PDDE arcam com praticamente todas as despesas da instituição, exceto as de água, luz, fardamento e gás, que são compensadas pela Prefeitura municipal.

A gestora 1 acrescentou que,

antes não era assim, era uma agonia, faltava tudo e era uma demorar pra chegar. tinha que ir na Secretaria, e ficar pedindo, era uma humilhação. Agora não, quando precisamos de qualquer coisa é só ir e comprar, a escola agora tem autonomia com esses recursos compramos armários, material pedagógico, material de apoio como as impressoras e outras coisas.

A fala da gestora demonstra que o Programa tem sido um importante meio para a escola, no que diz respeito a questões financeira para algumas conquistas da instituições. Os recursos destinados para as escolas são maiores que os recursos providos do PDDE, isso possibilita uma significativa melhoria e ampliação no apoio técnico e pedagógico e na organização material da escola.

Não são todos os alunos da escola que podem participar do Programa. o MEC disponibiliza um número de Vagas X para as instituições. A seleção dos alunos é feita pela equipe técnica da instituição. Os critérios para a seleção segundo as normas do



Programa são, apresentar baixo rendimento escolar, morar em área de risco e os que apresentam problemas de comportamento.

Este ano foram disponibilizadas pelo MEC 86 vagas para a escola 1, todas as vagas foram preenchidas. As oficinas acontecem de segunda a quinta-feira nos turnos da manhã e tarde, e na sexta-feira é realizado o planejamento referente ao Programa. Com relação as oficinas escolhidas para o ano de 2014, foram selecionadas: a oficina de Letramento, Dança, Karatê e Yoga. sendo que, a oficina de Letramento é obrigatória esta foi dividida em 06 turmas de 15 alunos, segundo a gestora 1 esta divisão visa ter maior aproveitamento na aprendizagem dos alunos com baixo rendimento escolar, a de Dança, a de Karatê, e de Yoga, a diretora falou que havia escolhido estas oficinas porque tem muitas crianças agressivas na escola e seriam um suporte para amenizar o problema.

Giolo acrescenta que:

[...] É certo que o tempo integral permitirá adicionar ao currículo escolar propriamente dito uma serie de outras atividades, quase impossíveis de serem realizadas em uma escola de turno único.[...] A escola em tempo integral não deverá perder de vista o grande desafio da educação básica de fazer com que os alunos aprendam os conteúdos previstos em sua matriz curricular, sendo esta a razão principal a exigir a ampliação do tempo escolar. (2012, p.105).

Na escola 2, foram selecionadas 100 alunos para o programa, Mas, devido problemas como inadequação do espaço físico da escola, falta de merenda para os alunos , falta de apoio de pessoal no acompanhamento dos alunos durante o período que não fosse horário das aulas, não foi possível a implantação do Mais Educação de imediato. Segundo a gestora 2, esses imprevistos mudaram a rotina da escola, referente ao planejamento e as adaptações que tiveram que ser feitas para a implantação do Programa. Durante a nossa permanência em campo, não foi possível acompanhar a implantação do Programa na escola 2 devido aos problemas citados acima. Mas,



buscamos informações que nos revelaram que o Mais Educação foi implantado na escola no mês de Setembro do decorrente ano(2014).

Os profissionais que trabalham no Programa na escola 1 e 2 são locados pela rede municipal, com exceção dos professores monitores. Os monitores são escolhidos por indicação da comunidade local, estes devem apresentar a gestora um mini-projeto, contendo os objetivos e atividades a serem desenvolvidas. Não é exigido nenhuma formação ou qualificação técnica, apenas que tenham habilidades na oficina que vai desenvolver. Os monitores ganha por turma, o valor de R\$ 80.00, na escola foram formadas três turmas, somando esse valor, eles ganham uma bolsa mensal no valor de R\$ 240,00 exceto o monitor de Letramentos, porque os alunos foram divididos em 6 turmas, a bolsa desse oficineiro equivale a R\$ 480,00. As bolas são pagas com recursos do Programa.

Os recursos do Programa Mais Educação são destinados diretamente para a escola por meio de uma conta vinculada ao PDDE e ao PNA, gerida pelas Unidades Executoras, no caso dessas escolas, pelo Conselho Escolar. Para as compras de material pedagógico e permanentes é feita pela Unidade Executora da escola. As compras devem ser feitas em lojas legalizadas. Segundo as diretoras os recursos vêm uma vez por ano e se não forem utilizados até o mês de dezembro as escolas perde esses recursos.

No mês de dezembro é feita a prestação de contas e a adesão de novas oficinas por meio de um relatório e formulário disponível no portal do MEC. De acordo com a gestora 1, no ano de 2012 veio de recursos para a escola 1 R\$36.000.000, e em 2013 R\$ 52.000.000, como a escola não foi informada a tempo que tinha esse recurso, grande parte desse dinheiro voltou. comprometendo assim, o funcionamento do Programa naquele ano. Para o ano de 2014 apenas um pequena parte da verba havia chegado, no entanto, as atividades ainda estavam suspensas, devido a falta de recursos para a alimentação.



Em ambas as escolas os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) referente ao Programa, para o ano de 2014 ainda não haviam chegado, por esse motivo as atividades do Programa foram temporariamente suspensas na escola 1 e na escola 2, não havia iniciado, já havia entrado parte do recurso, mas as atividades não tiveram início, porque os funcionários da instituição estavam em greve.

Para Arroyo (2012) os programas de tempo integral, não se propõem apenas a ampliar o tempo, mas a reorganizar com racionalidade os tempos-espacos do viver a infância-adolescência, tornando-os mais próximos de um digno e justo viver, ao menos na totalidade dos tempos-espacos escolares.

As escolas enfrentam alguns problemas para a implantação e efetivação do Programa Mais Educação. Um dos principais problemas enfrentados está relacionado a infraestrutura das instituições. Visto que, as escolas não possuem um espaço físico que acolha os alunos no contra turno de suas aulas, pois, é preciso mais salas e espaços adequados para a realização de oficinas e acomodação dos alunos, como refeitórios, banheiros áreas de descanso etc.

Nas duas escolas os refeitórios são improvisados ou adaptados pelas gestoras. Em ambas as escolas, os corredores foram adaptados com mesas e cadeiras para a ministração de algumas aulas do Mais Educação. As mesmas contém apenas sanitários, não existindo um lugar adequado para fazer a higiene pessoal dos alunos; o que acrescenta mais um problema de permanência dos alunos, já que os mesmos não teriam onde tomar banho após suas atividades “extras”; as áreas de descanso são improvisadas nas salas de aula, as quais também não oferecem espaço próprio para o descanso. A estrutura física das escolas coloca-se como obstáculo para a permanência dos alunos em tempo integral nesse ambiente. Portanto, entre o que está posto no Regulamento e sua efetivação há muito o que se conquistar.

A gestora da escola 2 afirma que “O programa pode ocorrer em outros lugares



como, a SAB, a igreja, a quadra, entre outros”, no entanto, não resolveria os problemas de espaço físico da escola. O que para a escola 1, foi uma solução encontrada para a realização das oficinas. por conta do espaço se muito pequeno.

Diante dessa afirmação e do que observamos, os espaços físicos das escola 1 e 2 são inapropriados para o funcionamento em tempo integral. As escolas não possuem infraestruturas adequadas para esse tipo de atendimento educacional. Esse é um dos motivos que impedem que os alunos permaneçam na escola como propõe o Programa. A alternativa encontrada pelas gestoras foi de que o Programa funcione nos contra turnos manhã e tarde e/ou em ambientes fora do espaço escolar.

No entanto, o que seria solução para uma, não seria para a outra, pois, para as oficinas acontecerem em outros ambiente, acarretaria em um problema de deslocamento dos alunos para os referidos espaços. Porque a escola 2 não dispõe de transporte pra o traslado, e o percurso a pé traz perigo a vida dos alunos, já que o caminho teria que ser feito por uma avenida de trânsito intenso.

Esses problemas segundo Cavaliere , traz:

No dia a dia, além das condições históricas e econômicas de melhor organização do sistema municipal, a simples manutenção do tempo integral traz desafios para o cotidiano escolar que criam a tensão permanente da busca de soluções, e a expectativa por novas alternativas à vida escolar. (2002, p. 94).

Diante do exposto, sobre a estrutura física das instituições escolares no Brasil, Giolo (2012, p 100) faz a seguinte colocação,

Grande parte das chamadas escolas brasileiras deve ser sumariamente demolidas e no seu lugar, edificados prédios escolares, bonitos e funcionais, com espaços para aulas, reuniões, salas de professores, biblioteca, laboratórios, estudos de grupo, refeições, lazer, esportes, etc. Escolas onde os alunos, professores e demais profissionais da educação possam estar o dia inteiro, organizado e levado a efeito as atividades necessárias à formação integral dos alunos.



Ferreira e Araújo (2012) destacam que a escola constitui-se em um dos principais *locus* destinados a garantir o acesso ao patrimônio cultural informativo e formativo, tendo com objetivo e função primordial preparar o educando para o exercício da cidadania, provocando modificações quanto à maneira de pensar, sentir e interagir em sociedade. Para tanto é imprescindível à reestruturação dessa instituição educativa, diante do papel que exerce como promotora de experiências diversificadas no campo do progresso técnico e científico e de transformação social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos possibilitou conhecer e analisar os desafios enfrentados pela gestão da escola para a implantação e desenvolvimento do Programa mais Educação. Esse conhecimento nos possibilitou entender a dinâmica de funcionamento, bem com, as dificuldades que as escolas podem encontrar para adequar-se ao Programa, mas também tomar conhecimento dos desdobramentos da gestão da escola em encontrar soluções para sua efetivação.

Ainda há um longo percurso para se trilhar para a efetivação dos objetivos do Programa. Nas escolas que tem problemas de infraestrutura, existem grandes dificuldades para a permanência em tempo integral dos alunos, o que pode cominar com a evasão no programa. Além de outros problemas que comprometem o funcionamento e o tempo de permanência com qualidade de ensino, como a organização do trabalho e a falta de preparo pedagógico daqueles que lidam com os alunos.

é notório que os recursos do Programa Mais Educação, tem contribuído substancialmente para ampliação no apoio técnico, pedagógico e material dessas escolas, assim como também, na ampliação do tempo de permanência do aluno na escola. Esses recursos representam uma ferramenta forte para a construção da autonomia das escolas públicas, uma vez que descentraliza recursos financeiros a partir



de plano elaborado pela escola. Assim o programa tem recursos direcionados e aplicados direto na escola. (SANTOS E VIEIRA, 2012).

Referente à gestão da escola, percebemos muitos desafios enfrentados pela gestora da Escola Municipal. Dentre os quais podemos citar as dificuldades de adequação por parte da instituição as normas de adesão aos programas federais.

Percebemos que as escolas fizeram a adesão ao Programa Mais Educação, mesmo com sérios problemas de estrutura física, que interferem no funcionamento do Programa, para obter mais recursos financeiros, visto que, o Órgão responsável pela manutenção e conservação da instituição, nesse caso a Prefeitura Municipal, é lento em sanar os problemas e as necessidades das instituições. As escolas não possuem estrutura para manter os alunos durante sete horas seguidas. Todavia, a gestão é induzida a improvisar espaços para o funcionamento do Programa, comprometendo a efetivação e qualidade das atividades desenvolvidas, além da evasão dos alunos, visto que, sua participação não é obrigatória no Programa.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. O direito a tempo-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline. et.al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Brasília. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option>> acesso em: 09.set..2014.

_____. Ministério da Educação. **O Decreto 7,083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option>> acesso em: 09.set..2014.

_____. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007.



Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option>> acesso em: 09.set..2014.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Escolas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. In: ____.: COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Educação brasileira e (m) tempo integral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 93-132.

GIOLO, Jaime. Educação de tempo integral: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate. In: MOLL, Jaqueline et.al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

LECLARC, Gesuíá. **Programa Mais Educação e práticas de educação integral**. In: MOLL, Jaqueline et.al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

SANTOS, Cristina Pinto; VIEIRA, Roberto Carlos. Reflexões sobre o Programa Mais Educação na rede estadual de ensino da Bahia. In: MOLL, Jaqueline et.al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.